PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA

PROCESSO: 015/2.024

PREGÃO ELETRÔNICO: 004/2.024

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

VALOR REFERENCIA: R\$ 464.918,50







Sumário 2. 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS5 4. DO CREDENCIAMENTO......5 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E RESTRIÇÕES6 6. 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO9 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA11 8. 9. 10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS......12 11. 12. 13. 14. 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO......27 16. 17. 18. 19. 20. DO PAGAMENTO32 21. 22. 23. 24. 25. 26.

27.



EDITAL

Processo nº 015/2.024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2.024 Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

1. PREÂMBULO

- 1.1 A Prefeitura Municipal de Ubarana, neste ato representada pelo Senhor Vanderlei Rodrigues da Cruz, torna público, para conhecimento dos interessados, que se fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICO, com o critério de julgamento Menor Preço sendo o Regime de Execução Empreitada por Lote, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores bem como o Decretos Municipais 2103/2023, de 12 de dezembro de 2023; 2104/2023, de 12 de dezembro de 2023; 2106, de 12 de dezembro de 2023 e suas alterações posteriores, e as exigências estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.
- 1.2 A seção será conduzida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pela Portaria Municipal de nº 065/2.024 de 22 de fevereiro de 2.024 e suas alterações, a sessão pública de processamento do pregão será realizada exclusivamente por meio eletrônico/internet, mediante condição de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico Fiorilli, disponível em www.ubarana.sp.gov.br/licitacao, onde estará o Edital, manual do fornecedor e o link para solicitação de chave de acesso ao sistema.
- **1.3** Os interessados em participar do certame poderão obter informações e esclarecimentos sobre o respectivo edital, através do fone (0xx17) 3807-8700, licitacao@ubarana.sp.gov.br ou no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Ubarana/SP, localizado na Rua João Virginio dos Santos, 505, Centro, Ubarana SP, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, da segunda a sexta-feira.



- MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2.024
- CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
- MODO DE DISPUTA: Aberto
- REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Lote
- SEM CARÁTER SIGILOGO QUANTO AOS VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

A partir da publicação deste edital

Até dia 18 de abril de 2.024 às 08:30 horas

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA:

Dia 18 de abril de 2.024 às 08:31 horas

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Dia 18 de abril de 2.024 às 09:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, para contagem de prazo excluir o dia de início e incluir o dia do vencimento do prazo.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao

2. DO OBJETO

- 2.1 Constitui o objeto do presente Edital a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.
- **2.2** A Descrição Detalhada do Objeto do Presente Certame está discriminada no **Anexo II Termo de Referência**.



2.3 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência e modelo de Proposta, facultando-se ao licitante a participação em lotes, sendo obrigatório a apresentação de valor para todos os itens do Lote.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 As despesas para o atendimento da execução da presente licitação correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2.024, recursos ordinários conforme a seguir:

Unid. Orçamentária	Ficha Orçamentária	Elemento de Despesa
Fundo Municipal de Saúde	147	10.301.0009.2022.0000
Atividades Culturais	331	13.392.0017.2046.0000
Turismo	473	23.695.0018.2058.0000
Desporto e Lazer	346	27.812.0018.2048.0000

3.2 A dotação orçamentária foi confirmada pelo setor da Contabilidade com uma declaração de disponibilidade de orçamento para referida licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** A participação do Pregão está condicionada **obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações, até o limite de horário previsto no Edital no endereço eletrônico www.ubarana.sp.gov.br/licitacao, onde será disponibilizado o link para solicitação da chave de acesso ao sistema e o manual do fornecedor.
- **4.2** O proponente interessado em participar do Certame, deverá acessar o link mencionado acima, e clicar em "**Solicitar acesso licitação eletrônica**" que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, terá seu acesso liberado, sendo enviado Chave de identificação e Senha via e-mail cadastrado na referida solicitação.
- **4.3** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de login de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.



- **4.4** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação de credenciamento ou por iniciativa da Administração.
- **4.5** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ubarana a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **4.6** Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso de senha.
- **4.7** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal (**Anexo III**) junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacida<mark>de técnica para realização das transaç</mark>ões inerentes ao pregão eletrônico.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E RESTRIÇÕES

- **5.1** Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, que preencherem as condições estabelecidas neste Edital e que estiverem previamente credenciados no Sistema SCPI (www.ubarana.sp.gov.br/licitacao).
- **5.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **5.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- **5.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- **5.5** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- **5.6** Não Poderão disputar esta licitação:
- **5.6.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **5.6.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- **5.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários:
- **5.6.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **5.6.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **5.6.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **5.6.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;



- **5.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- **5.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- **5.7** O impedimento de que trata o item 5.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6. DA PARTICIPAÇÃO

- **6.1** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos;
- **6.2** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- **6.3** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- **6.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



- **6.5** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou pelo telefone: (17) 3807-8700, ou através do e-mail licitacao@ubarana.sp.gov.br.
- **6.6** O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas, a adjudicação do objeto e a homologação do processo deve ser acompanhado pelos participantes por meio do site www.ubarana.sp.gov.br/licitacao, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **7.2** O envio da proposta e documentação, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.3 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- **7.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **7.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.
- **7.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



- **7.7** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- **7.8** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **7.9** A licitante deverá consignar, na forma expressa e em campo próprio do Sistema eletrônico as informações abaixo:
- **7.9.1** Preços unitários, expressos em moeda corrente nacional, escritos em algarismo, com até duas casas decimais, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- **7.9.2** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão deste Pregão Eletrônico;
- **7.9.3** A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema a condição da empresa para fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
- **7.9.3.1** Para efeitos desta licitação, considera-se microempresas e empresas de pequeno porte, respectivamente, as empresas que se enquadram nas definições dos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica incluída nas vedações estabelecidas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;
- **7.9.3.2** A empresa que declarar falsamente se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06 incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis.



- 7.10 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- **7.11** A sessão pública será única, porém, se a sessão pública se estender até o horário de encerramento do expediente da prefeitura municipal, será a mesma declarada suspensa pelo pregoeiro, determinando-se a sua continuidade para o dia útil seguinte, no horário do início do expediente respectivo.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **8.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) Valor Unitário, Total do Item e Valor Total do Lote;
 - b) Marca (quando houver necessidade para diferenciação do item);
 - c) Modelo (quando houver necessidade para diferenciação do item);
 - d) Fabricante (quando houver necessidade para diferenciação do item);
 - e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);
- **8.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **8.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- **8.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **8.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **8.6** Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse;



- **8.7** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- **8.8** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9. MODO DE DISPUTA

9.1 MODO DE DISPUTA ABERTO:

- **9.1.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- **9.1.2** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- **9.1.3** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- **9.1.4** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **10.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao, na data, horário e local indicados neste Edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- **10.2** O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:
 - a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;



- b) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- **10.2.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **10.2.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **10.3** Ao término do prazo definido para credenciamento e recebimento das propostas, encerra-se, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- **10.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **10.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **10.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **10.7** O lance deverá ser ofertado Menor Preço sendo o Regime de Execução Empreitada por Lote.
- **10.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **10.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **10.10** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1%** (**um por cento**).
- **10.11** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**Aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- **10.12** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- **10.13** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **10.14** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **10.15** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **10.16** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **10.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **10.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes que será oficial diário município publicada no do de Ubarana, https://www.ubarana.sp.gov.br/diario-oficial-eletronico, comunicando mesmos via sistema com as mesmas informações da publicação, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorrido o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **10.20** O Critério de julgamento adotado será o Menor Preço sendo o Regime de Execução Empreitada por Lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.



- **10.21** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **10.22** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- **10.22.1** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.22.2 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **10.23** Só pod<mark>e</mark>rá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **10.24** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:
- **10.24.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.24.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;
- **10.24.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;
- **10.24.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- **10.24.5** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- **10.24.5.1** Empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
- **10.24.5.2** Empresas brasileiras;
- **10.24.5.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- **10.24.5.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- **10.25** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 10.25.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **10.25.1.1** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **10.26** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- **11.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto nos Decretos Municipais, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.
- **11.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



- **11.3** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **11.3.1** Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.
- **11.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 11.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- **11.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.7** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacamse os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



- **11.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **11.11** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **11.11.1** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **11.11.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **11.12** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- **11.13** Da ses<mark>s</mark>ão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. DA HABILITAÇÃO

- **12.1** A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública, via sistema https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao.
- **12.2** Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente encaminhado.
- **12.3** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.3.1 Possuir Cadastro no Sistema de Pregão Eletrônico Fiorilli;



- **12.3.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- **12.3.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
- **12.3.4** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0);
- **12.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **12.5** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- **12.5.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **12.6** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **12.7** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **12.8** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- **12.9** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Pregão Eletrônico Fiorilli, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, habilitação técnica.



- **12.10** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) HORAS, sob pena de inabilitação.
- **12.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **12.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **12.13** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **12.14.1** As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
- 12.14.2 As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- **12.14.3** As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
- **12.14.4** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- **12.14.5** Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



12.14.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.15 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **12.15.1** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **12.15.2** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.15.3 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- **12.15.4** Prova de regularidade de débito com a Fazenda estadual, referente aos tributos estaduais sendo emitida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx) e emitida pela Procuradoria Geral do Estado (https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/crda/emitirCrda.jsf?param=200667), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 12.15.5 Prova de Regularidade de Débitos Municipais da sede da licitante. Caso a sede da licitante seja fora deste Município e mantenha filial (is) em Ubarana, apresentar também desta (s).
- **12.15.6** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS: Certidão de Regularidade de Situação CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- **12.15.7** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;



- **12.15.8** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **12.15.9** Caso o licitante detentor do Menor Preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

12.16 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.16.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, há menos de 90 (noventa) dias da data de sua emissão

12.17 QUALI<mark>FI</mark>CAÇÃO TÉCNICA

- **12.17.1** Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da presente licitação.
- **12.17.2** Para os itens do lote 1 deve ser apresentado a Autorização de Funcionamento e Certificado de Segurança, expedidos pelo Departamento de Polícia Federal DPF.

12.18 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- **12.18.1** Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme **Anexo III**.
- **12.18.2** Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme **Anexo III**



- **12.18.3** Declaração que a empresa atende as normas relativas à Saúde e Segurança no Trabalho de seus empregados, conforme **Anexo III**;
- **12.18.4** Declaração que assume por inteira responsabilidade, pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias, conforme **Anexo III**;
- **12.18.5** Declaração que compromete a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme **Anexo III**;
- **12.18.6** Declaração que tem conhecimento e submete-se ao disposto na Lei nº8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024 realizado pela Prefeitura do município de Ubarana/SP, conforme **Anexo III**;
- **12.18.7** Declaração que ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada, por escrito o Município de Ubarana/SP, conforme **Anexo III**;
- **12.18.8** Declaração que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009, conforme **Anexo III**;
- 12.18.9 Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme **Anexo III**;
- **12.18.10** Declaração que que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme **Anexo III**;
- **12.18.11** Declaração que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação, conforme **Anexo III**;
- **12.18.12** Declaração que a empresa se enquadra no regime ME/EPP, no caso de ser optante. (Ver Modelo **Anexo IV, caso optante**).



- **12.18.12.1** Anexar Juntamente com a Declaração de enquadramento no regime de ME/EPP, a Certidão Simplificada da JUSCEP/SP atualizada ou órgão equivalente de outro Estado atualizada, para comprovação.
- **12.18.13** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- **12.18.14** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- **12.19** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **12.20** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **12.21** Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).
- **12.22** A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação da licitante.
- **12.23** Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

12.24 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- **13.1** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar após a habilitação da empresa.
- **13.1.1** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **13.1.2** Em anexo conter os dados do responsável pela assinatura do contrato, contato, a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- **13.2** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- **13.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- **13.4** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- **13.5** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **13.6** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- **13.7** Um Formulário modelo segue no Anexo V;

14. DOS RECURSOS

14.1 Cabe Recurso em face de:



- I- Julgamento das propostas;
- II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III- Anulação ou revogação da licitação
- **14.2** Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:
- **14.2.1.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;
- 14.2.2 A apreciação se dará em fase única.
- **14.2.3** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.
- **14.2.4** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- **14.2.5** Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.
- **14.2.6** O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.
- **14.2.7** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.
- **14.2.8** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.
- **14.2.9** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à



autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.3 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:
- **15.2** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- **15.3** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **15.4** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- **15.5** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail e publicação no diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- **15.6** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro realizado pelo participante no Sistema de Pregão Eletrônico da Fiorilli, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 O Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. DO TERMO DE CONTRATAÇÃO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- **18.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- **18.2** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/ Carta Contrato/ Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **18.3** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- **18.3.1** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **18.4** O Aceite da Nota de Em<mark>penh</mark>o ou do i<mark>nstr</mark>umento <mark>equiva</mark>lente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- **18.4.1** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- **18.4.2** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- **18.4.3** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.



- **18.5** O prazo do contrato/ Ata de Registro/ Instrumento Equivalente será de **12** (**doze**) **meses**, contados da data da sua assinatura e/ou publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.
- **18.5.1** Se tratando de Ata de Registro de Preço, termos do art. 83 da Lei Federal nº. 14.133/2021, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Ubarana não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- **18.6** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- **18.7** Na assi<mark>n</mark>atura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 18.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

- **19.1** Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
- **19.2** O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.



- **19.3** A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
- **19.4** Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- **19.5** Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- 19.6 O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

20. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **20.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **20.2** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal, nos termos do art. 7º da Lei 14.133/2021, em conformidade com o Decreto Municipal nº 2103/2023, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- **20.3** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



- **20.4** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- **20.5** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- **20.6** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
- **20.7** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- **20.8** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- **20.9** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- **20.10** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- **20.11** Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- 20.12 Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações



trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

- I. Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
- II. Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- III. Efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
- IV. Em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado:
- V. Estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.
- **20.13** Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.
- **20.14** O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- **20.15** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar a execução do serviço.

21. DO PAGAMENTO

- **21.1** O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestados pelo fiscal do contrato.
- **21.2** A nota fiscal deverá informar o nº da ata de registro de preço ou do contrato e nº do processo licitatório e caso for apresentada com rasuras e erros, será devolvida à contratada para retificação e reapresentação.
- **21.3** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 92, XVI da Lei no 14.133/2021.



- **21.4** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- **21.5** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **21.6** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **21.7** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 21.8 No caso do não pagamento da nota fiscal no prazo estipulado, por culpa exclusiva do MUNICIPIO, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias.
- **21.9** O Município de Ubarana ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda IR, em observância ao disposto no disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.
- **21.10** Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **22.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I- dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III- dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
 - X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **22.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 - I- advertência;
 - II- multa;
 - III- impedimento de licitar e contratar;
 - IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **22.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II- as peculiaridades do caso concreto;
 - III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **22.4** A sanção prevista no inciso I do item 22.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- **22.5** A sanção prevista no inciso II do item 22.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- **22.6** A sanção prevista no inciso III do item 22.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.
- 22.7 A sanção prevista no inciso IV do item 22.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- **22.8** A sanção estabelecida no inciso IV do item 22.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I- quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- **22.9** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.2 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- **22.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da



perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- **22.11** A aplicação das sanções previstas no item 22.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **22.12** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 22.2 deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- **22.13** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 22.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **23.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2 A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA através do Sistema de Pregão Eletrônico Fiorilli, disponível em https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao ou via e-mail licitacao@ubarana.sp.gov.br.
- **23.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **23.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio através do Sistema de Pregão



Eletrônico Fiorilli, disponível em https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao ou via e-mail licitacao@ubarana.sp.gov.br.

- **23.6** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **23.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **23.8** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- **23.9** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- **23.10** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao e publicadas no diário oficial do município, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- **23.11** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 23.12 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

24.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **24.2** São obrigações da Contratante:
- **24.2.1** Orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação do pessoal da contratada conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 24.2.2 Comunicar a contratada para o início das atividades, com



antecedência, mínima, de 10 (dez) dias úteis pelo Setor demandante que estabelecerá a quantidade de seguranças e/ou brigadistas e/ou salva-vidas, antes do início das atividades.

- **24.2.3** Requisitar o fornecimento dos serviços, conforme as necessidades do Setor Requisitante que atestará o recebimento do mesmo;
- **24.2.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- **24.2.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- **24.2.6** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- **24.2.7** Exigi<mark>r o cumprimento de todas as obr</mark>igações as<mark>sumi</mark>das pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- **24.2.8** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **24.2.9** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **24.2.10** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **24.2.11** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- **24.2.12** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **24.2.13** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os



requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

- **24.2.14** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de (...);
- **24.2.15** Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- **24.3.1** Quanto a prestação de serviço de segurança desarmado fica a Cargo da Contratada:
- 24.3.2 A licitante adjudicatária está obrigada a respeitar estritamente as datas e horários estipulados no contrato. Ademais, é incumbência da mesma diligenciar para que os seguranças designados compareçam aos locais dos eventos com antecedência máxima de 30 (trinta) minutos, a fim de viabilizar que o responsável pela organização dos eventos proceda à contagem e demais providências necessárias;
- **24.3.3** A licitante adjudicatária deverá fornecer para cada vigilante:
- **24.3.3.1** 02 (duas) Calças;
- 24.3.3.2 02 (duas) Camisas de mangas compridas
- 24.3.3.3 03 (três) Camisas de mangas curtas
- **24.3.3.4** 01 (um) Cinto de Couro
- **24.3.3.5** 01 (um) par de Sapatos
- 24.3.3.6 01 (um) Boné
- 24.3.3.7 01 (um) Jaqueta de frio ou Japona
- **24.3.3.8** 02 (duas) Blusas de frio
- **24.3.3.9** 01 (um) Livro de Ocorrência
- **24.3.3.10** 01 (um) Bastão Tonfa
- **24.3.3.11** 01 (um) apito e cordão
- **24.3.3.12** 01 (uma) capa de chuva

- **24.3.3.13** Crachá de identificação: o crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela Contratada, sendo substituído em caso de qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem a devida identificação;
- **24.3.4** O uniforme não poderá ser semelhante aos da Polícia Civil/Militar;
- **24.3.5** A licitante adjudicatária deverá trabalhar em conjunto com as Polícias Civil/Militar do Município;
- **24.3.6** A empresa deve disponibilizar seguranças do sexo feminino e masculino;
- **24.3.7** Apresentar à Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, anterior a realização do evento, relação nominal dos profissionais (seguranças) a serem alocados na prestação de serviços acompanhado de cópia do RG, antecedentes criminais, e Certificado de Formação do Curso de Vigilante;
- **24.3.8** A licitante adjudicatária fornecerá os profissionais devidamente contratados, bem como arcará com as despesas para com os mesmos, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos para cada o evento;
- **24.3.9** Quanto a prestação de serviço de brigadista fica a cargo da Contratada:
- **24.3.10** A licitante adjudicatária está incumbida de prover os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) indispensáveis para a realização dos serviços, bem como uniformes e acessórios destinados à mão de obra envolvida, conforme estipulado nos termos de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicáveis.
- **24.3.11** A licitante adjudicatária deve empregar, para a execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados detentores do Curso de Bombeiro Profissional Civil, possuindo formação técnica adequada para desempenhar as funções contratadas.
- **24.3.12** Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para atualização na prevenção e combate a incêndio, bem como atendimento a emergências.
- **24.3.13** Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais.
- 24.3.14 Fiscalizar e fazer cumprir as atribuições mínimas dos brigadistas, bem



como quaisquer outras necessárias ao cumprimento deste contrato e à prevenção e ao combate a incêndio e preservação do patrimônio.

- **24.3.15** Assegurar que todos os brigadistas empregados na execução contratual preencham e comprovem documentalmente mediante a apresentação à Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, anterior a realização do evento, relação nominal dos profissionais (brigadistas) a serem alocados na prestação de serviços acompanhados de:
- **24.3.15.1** Cópia do RG;
- **24.3.15.2** Apresentar certificado de curso de formação, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizado;
- 24.3.15.3 Antecedentes Criminais;
- 24.3.15.4 Registro no Cadastro de Pessoas Físicas.
- **24.3.16** Quanto a prestação de serviços de salva-vidas fica a cargo da Contratada:
- **24.3.17** A prestação dos serviços compreenderá a execução das atividades de salvamento aquático, bem como desenvolver e manter uma mentalidade prevencionista nas dependências da contratante, por meio da atuação dos Salva-Vidas, devidamente certificados e capacitados;
- **24.3.18** Observar o movimento dos usuários do Centro de Lazer Gentil Moreira, identificando eventuais situações de riscos e orientando quanto ao comportamento seguro a fim de prevenir acidentes com embarcações e afogamentos;
- **24.3.19** A empresa adjudicatária deverá providenciar, também, aos salva-vidas todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) requeridos para a execução de suas responsabilidades, conforme detalhado a seguir:
- **24.3.19.1** Óculos de Segurança, lente em policarbonato fumê, camadas UV que protegem contra raios ultravioletas e hastes reguláveis.
- **24.3.19.2** A licitante adjudicatária deverá fornecer bloqueador solar com fator de proteção solar (FPS) mínimo de 30.
- **24.3.20** A contratada se obriga a fornecer, gratuitamente, à mão de obra disponibilizada pela Contratante, os uniformes necessários para a prestação de serviços de salvamento aquático;



- **24.3.21** Todos os uniformes fornecidos devem ser novos, devidamente higienizados e em conformidade com as normas de segurança e qualidade aplicáveis;
- 24.3.21.1 Os uniformes deverão ser constituídos das seguintes peças:
- 24.3.21.2 Camisa Regata, confeccionada em malha 100% poliéster;
- 24.3.21.3 Camisa Manga Longa, confeccionada em malha 100% poliéster;
- 24.3.21.4 Calção, em tecido 100% poliéster;
- 24.3.21.5 Sungão, confeccionado em Lycra;
- 24.3.21.6 Jaqueta de agasalho em tecido 100% poliéster;
- 24.3.21.7 Chapéu tipo australiano em sarja lavada ou boné.
- **24.3.22** A Contratada é responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos e dispositivos necessários para a execução dos serviços, conforme descrito abaixo, que deverão ser disponibilizados para uso diário;
- **24.3.22.1** Reanimador manual adulto (Ambu), em silicone, composto de máscara e bolsa reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção e esterilização, acondicionado em bolsa, fechada com zíper;
- **24.3.22.2** Prancha de compensado naval rígido de 15mm de espessura mínima, com acabamento em verniz medindo 1,90mx 45 a 47cm, com três tirantes de 3m, para imobilização do tórax, abdome e das pernas, com fivelas de soltura rápida, velcro com largura mínima de 5cm, acompanhando a prancha.
- **24.3.22.3** Colar cervical, sendo o jogo de 3 tamanhos cada (pequeno, médio e grande), confeccionado em polipropileno, sem emendas nem presença de metais condutivos, apresentando baixo peso e propriedade radioluminescentes, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho de mandíbula com aberturas laterais que permitem maior conforto e ventilação ao paciente.
- **24.3.22.4** Maleta de emergência para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja contendo os materiais básicos necessários para o atendimento de primeiros socorros, sendo estes em quantidade necessária para atender a demanda diária de pessoas.
- **24.3.23** Apresentar à contratante, antes do início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, com 05 (cinco) dias de antecedência, contendo os seguintes dados:

- 24.3.23.1 Cópia do documento de identidade
- **24.3.23.2** Cópia do CPF;
- **24.3.23.3** Certificado de Curso de Salvamento Aquático (Salva-vidas);
- **24.3.23.4** Certificado de Curso de Primeiros Socorros:
- **24.3.24.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus Anexos, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- **24.3.24.1.** Executar devidamente o objeto descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados
- **24.3.24.2.** Realizar o serviço de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência e em seus anexos.
- **24.3.24.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);
- **24.3.24.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- **24.3.24.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **24.3.24.6.** Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **24.3.24.7.** Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;
- **24.3.24.8.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o



atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

- **24.3.23.5** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- **24.3.23.6** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- **24.3.23.7** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- **24.3.24** Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram;
- **24.3.25** A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento;
- **24.3.26** Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- **24.3.27** Qualquer despesa (alimentação, hospedagem, consumo de bebidas, transporte e outros), anterior e durante o evento, serão por conta da contratada. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a prestação de serviços de vigilância desarmada, Segurança, Brigadista e Salva-vidas nos eventos conforme cronograma, sem qualquer ônus extra a esta PREFEITURA.
- **24.3.28** A contratada deverá executar diretamente o contrato, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- **24.3.29** Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros às possíveis vítimas;
- **24.3.30** Responsabilizar-se por todos os encargos e benefícios decorrentes, bem como uniformes e todos os equipamentos e materiais necessários para execução dos serviços, inclusive materiais de combate a incêndio;
- **24.3.31** Responsabilizar-se civil ou criminalmente pelos danos causados, ao evento ou a terceiros, pelos seus funcionários, durante a execução dos serviços



deste contrato;

- **24.3.32** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e securitários referentes à execução do contrato, isentando e defendendo a Contratante, se este porventura vier a ser acionado judicialmente em decorrência deste contrato;
- **24.3.33** Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos de Trabalho, em caráter imediato, em eventual ausência;
- **24.3.34** Executar os serviços com o sigilo necessário;
- **24.3.35** Alocar os funcionários devidamente capacitados nos respectivos postos, nos horários fixados pelo Contratante, conforme solicitação do(s) gestor(es) e/ou fiscal(s).
- **24.3.36** Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da Contratante;
- **24.3.37** Manter, em caráter de reserva, para o caso de substituição, cobertura ou inclusão, colaboradores capacitados;
- **24.4** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **24.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **24.4.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **24.4.3.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **24.4.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- **24.4.5.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- **24.4.6.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **24.4.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **24.5** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **24.6** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- **24.7** Guarda<mark>r s</mark>igilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **24.8** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- **24.9** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **25.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- **25.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



- 25.3 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Ubarana, Setor de Licitações, sito a Rua João Virginio dos Santos 505, Centro, Ubarana/SP, ou pelo telefone (17) 3807-8700, no horário compreendido entre as 08:00 е 16:00 horas, ou pelo e-mail licitacao@ubarana.sp.gov.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para a sessão.
- **25.4** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- **25.5** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **25.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **25.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **25.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- **25.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **25.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **25.11** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei nº. 14.133/2021, sobre o valor inicial contratado.
- **25.12** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

- **25.13** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 165 da Lei Federal nº. 14.133/2021).
- **25.14** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **25.15** O edital e a minuta do Instrumento Contratual foram aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do art. 53 da Lei nº. 14.133/2021.
- **25.16** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.ubarana.sp.gov.br/licitacao e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ubarana ou solicitado via e-mail licitacao@ubarana.sp.gov.br.

26. DO FORO

26.1 O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de José Bonifácio-SP, excluído qualquer, outro por mais privilegiado que seja.

27. ANEXOS

27.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexos:

- I- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- II- TERMO DE REFERÊNCIA
- III- DECLARAÇÕES
- IV- DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- V- PROPOSTA DE PRECOS
- VI- MINUTA CONTRATUAL

Ubarana, dia 03 de abril de 2.024

Vanderlei Rodrigues da Cruz Prefeito Municipal de Ubarana



ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Arquivo para Download)



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024 PROCESSO Nº 015/2.024**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.
- **1.2.** Para o início das atividades, a contratada deverá ser comunicada com antecedência, mínima, de 10 (dez) dias úteis pelo Setor demandante que estabelecerá a quantidade de seguranças e/ou brigadistas e/ou salva-vidas, antes do início das atividades.
- **1.3.** Em relação a periodicidade da prestação dos serviços, a solicitação poderá ser realizada de forma semanal e/ou mensal, a critério exclusivo do(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) do contrato.
- **1.4.** Os serviços deverão ser realizados dentro dos limites do município de Ubarana/SP, nos horários e locais dos eventos indicados pelo Setor demandante.



- **1.5.** O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- **1.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Ordem de Serviço, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
- **1.7.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- **1.8.** As quantidades a serem contratadas e as descrições seguem conforme Tabela Referência:

Lote	Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Segurança Desarmada				
Item	Descrição	Qtd	Tipo	Val. Ref	Val. Total. Ref
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARA DAR SUPORTE EM EVENTOS CULTURAIS, TURISMO, SAÚDE E ESPORTE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS BASICOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, DESLOCAMENTO, REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, TODOS OS SEGURANÇAS CEDIDOS AO MUNIPIO DEVERÃO TER CURSO DE VIGILANTE, BEM COMO SUA RECICLAGEM ESTAREM ATUALIZADAS - SENDO CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) SEGURANÇA, POR TURNO DE 12 (DOZE) HORAS		Turno	R\$ 296,66	R\$ 249.194,40



Prefeitura Municipal **UBARANA**

Município de Interesse Turístico

2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARA DAR SUPORTE EM EVENTOS CULTURAIS, TURISMO, SAÚDE E ESPORTE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS BASICOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, DESLOCAMENTO, REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, TODOS OS SEGURANÇAS CEDIDOS AO MUNIPIO DEVERÃO TER CURSO DE VIGILANTE, BEM COMO SUA RECICLAGEM ESTAREM ATUALIZADAS - SENDO CONTRATAÇÃO POR HORA TRABALHADA, DE EVENTOS COM O MÍNIMO DE 04 (QUATRO) HORAS.	5000	Hora	R\$ 32,53	R\$ 162.650,00
			Val. Ref. Total	411.	R\$ 844,40

Lote	Lote 02 - Contratação de Em <mark>presa Especializada em Prestação de Serviç</mark> os de Salva Vidas					
Item	Descrição		Tipo	Val. Unit.	Val. Total	
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SALVA VIDAS, PARA DAR SUPORTE AO BANHISTAS DO CENTRO DE LAZER GENTIL MOREIRA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS BASICOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, DESLOCAMENTO, REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, O SALVA VIDAS DEVERÁ TER O CURSO DE BOMBEIRO	130	Turno	R\$ 360,89	R\$ 46.915,70	



Prefeitura Municipal UBARANA

Município de Interesse Turístico

PROFISSIONAL CIVIL, CURSO DE GUARDA VIDAS E CURSO DE SOCORRISTA, BEM COMO SUAS RECICLAGENS ESTAR ATUALIZADA, SENDO CONTRATAÇÃO POR TURNOS DE 12 (DOZE) HORAS		
	Val. Ref. Total	R\$ 915,70

Lote	Lote 03 - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Brigadista				
Item	Descrição	Qtd	Tipo	Val. Ref	Val. Total. Ref
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BRIGADISTA, PARA DAR SUPORTE EM EVENTOS CULTURAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS BASICOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, DESLOCAMENTO, REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, TODOS OS BRIGADISTAS CEDIDOS AO MUNIPIO DEVERÃO TER CURSO DE BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL, BEM COMO SUA RECICLAGEM ESTAREM ATUALIZADAS - SENDO CONTRATAÇÃO POR HORA TRABALHADA, DE EVENTOS COM O MÍNIMO DE 04 (QUATRO) HORAS.	150	Hora	R\$ 41,00	R\$ 6.150,00

Val. Ref. Total R\$ 6.150,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Justificativa e objetivo da aquisição tem por finalidade atender a demanda dos setores requisitantes, conforme descrição detalhada, visando manter o equilíbrio e a eficácia nas operações. Nesse contexto, torna-se imprescindível a incorporação de profissionais especializados em Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas para atuarem na segurança e suporte em na Área da Saúde, em Eventos Culturais e Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

- **3.1.** O objet<mark>o da presente licitaç</mark>ão e suas <mark>especifi</mark>cações, c<mark>onsta</mark> no Item 1 deste Termo de Referência;
- **3.2.** O Critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, conforme definido no Edital e seus anexos;
- **3.3.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **4.1.** A execução do objeto deverá ser efetuada sempre que solicitado através de autorização de fornecimento por parte do(s) setor(res) requisitante(s) e/ou gestor(es) e fiscal(is) do contrato, que será emitido com 03 (três) dias úteis de antecedência.
- **4.2.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas anexadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- **4.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, e tendo como responsável 1 (um) gestor, representantes da administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal 2103/2023 ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-



los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

- **4.4.** O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- **4.5.** O(s) fiscal(is) do contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- **4.6.** O Gestor e/ou Fiscal(is) do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- **4.7.** O contratado deverá manter preposto aceito pela administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
- **4.8.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- **4.9.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante
- **4.10.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **5.1.** Quanto a prestação <mark>de serviço de segu</mark>rança fica a Cargo da Contratada:
- **5.1.1.** A licitante adjudicatária está obrigada a respeitar estritamente as datas e horários estipulados no contrato. Ademais, é incumbência da mesma diligenciar para que os seguranças designados compareçam aos locais dos eventos com antecedência máxima de 30 (trinta) minutos, a fim de viabilizar que o responsável pela organização dos eventos proceda à contagem e demais providências necessárias;
- **5.1.2.** A licitante adjudicatária deverá fornecer para cada vigilante:



- **5.1.2.1** 02 (duas) Calças;
- **5.1.2.2** 02 (duas) Camisas de mangas compridas
- **5.1.2.3** 03 (três) Camisas de mangas curtas
- **5.1.2.4** 01 (um) Cinto de Couro
- **5.1.2.5** 01 (um) par de Sapatos
- 5.1.2.6 01 (um) Boné
- 5.1.2.7 01 (um) Jaqueta de frio ou Japona
- **5.1.2.8** 02 (duas) Blusas de frio
- 5.1.2.9 01 (um) Livro de Ocorrência
- 5.1.2.10 01 (um) Bastão Tonfa
- 5.1.2.11 01 (um) apito e cordão
- 5.1.2.12 01 (uma) capa de chuva
- **5.1.2.13** Crachá de identificação que deverá ser de uso obrigatório sendo substituído em caso de qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem a devida identificação;
- **5.1.3.** O uniforme não poderá ser semelhante aos da Polícia Civil/Militar;
- **5.1.4.** A licitante adjudicatária deverá trabalhar em conjunto com as Polícias Civil/Militar do Município;
- **5.1.5.** A empresa deve disponibilizar seguranças do sexo feminino e masculino;
- **5.1.6.** Apresentar à Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, anterior a realização do evento, relação nominal dos profissionais (seguranças) a serem alocados na prestação de serviços acompanhado de cópia do RG, antecedentes criminais e Certificado de Formação do Curso de Vigilante;
- **5.1.7.** A licitante adjudicatária fornecerá os profissionais devidamente contratados, bem como arcará com as despesas para com os mesmos, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos para cada o evento;
- **5.1.8.** A licitante adjudicatária ficará incumbida da vigilância e Fiscalização das Entradas e Saídas de Veículos e Pessoas, e Gestão das Instalações na Praia, incluindo Quiosques, Banheiros, entre outros, de Acordo com as Normas Estabelecidas no Decreto 1350/17, que Regula o Uso do Centro de Lazer Gentil

Moreira.

- **5.1.9.** A licitante Adjudicatária deverá manter Autorização de Funcionamento e Certificado de Segurança, expedidos pelo Departamento de Polícia Federal DPF
- **5.2.** Quanto a prestação de serviço de brigadista fica a cargo da Contratada:
- **5.2.1.** A licitante adjudicatária está incumbida de prover os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) indispensáveis para a realização dos serviços, bem como uniformes e acessórios destinados à mão de obra envolvida, conforme estipulado nos termos de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicáveis.
- **5.2.2.** A licitante adjudicatária deve empregar, para a execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados detentores do Curso de Bombeiro Profissional Civil, possuindo formação técnica adequada para desempenhar as funções contratadas.
- **5.2.3.** Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para atualização na prevenção e combate a incêndio, bem como atendimento a emergências.
- **5.2.4.** Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais.
- **5.2.5.** Fiscalizar e fazer cumprir as atribuições mínimas dos brigadistas, bem como quaisquer outras necessárias ao cumprimento deste contrato e à prevenção e ao combate a incêndio e preservação do patrimônio.
- **5.2.6.** Assegurar que todos os brigadistas empregados na execução contratual preencham e comprovem documentalmente mediante a apresentação à Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, anterior a realização do evento, relação nominal dos profissionais (brigadistas) a serem alocados na prestação de serviços acompanhados de:
- **5.2.6.1.** Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- **5.2.6.2.** Cópia do RG;
- **5.2.6.3.** Apresentar certificado de curso de formação, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizado;
- 5.2.6.4. Antecedentes Criminais;

- **5.2.6.5.** Registro no Cadastro de Pessoas Físicas.
- **5.3.** Quanto a prestação de serviços de salva-vidas fica a cargo da Contratada:
- **5.3.1.** A prestação dos serviços compreenderá a execução das atividades de salvamento aquático, bem como desenvolver e manter uma mentalidade prevencionista nas dependências da contratante, por meio da atuação dos Salva-Vidas, devidamente certificados e capacitados;
- **5.3.2.** Observar o movimento dos usuários do Centro de Lazer Gentil Moreira, identificando eventuais situações de riscos e orientando quanto ao comportamento seguro a fim de prevenir acidentes com embarcações e afogamentos;
- **5.3.3.** A empresa adjudicatária deverá providenciar, também, aos salva-vidas todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) requeridos para a execução de suas responsabilidades, conforme detalhado a sequir:
- **5.3.3.1.** Óc<mark>ul</mark>os de Segurança, lente em policarbonato fumê, camadas UV que protegem contra raios ultravioletas e hastes reguláveis.
- **5.3.3.2.** A licitante adjudicatária deverá fornecer bloqueador solar com fator de proteção solar (FPS) mínimo de 50.
- **5.3.4.** A contratada se obriga a fornecer, gratuitamente, à mão de obra disponibilizada pela Contratante, os uniformes necessários para a prestação de serviços de salvamento aquático;
- **5.3.5.** Todos os uniformes fornecidos devem ser novos, devidamente higienizados e em conformidade com as normas de segurança e qualidade aplicáveis;
- **5.3.5.1.** Os uniformes deverão ser constituídos das seguintes peças:
- 5.3.5.2. Camisa Regata, em malha 100% poliéster;
- **5.3.5.3.** Camisa Manga Longa, em malha 100% poliéster;
- **5.3.5.4.** Calção, em tecido 100% poliéster;
- 5.3.5.5. Sungão, confeccionado em Lycra;
- **5.3.5.6.** Jaqueta de agasalho em tecido 100% poliéster; e
- **5.3.5.7.** Chapéu tipo australiano em sarja lavada ou boné.

- **5.3.6.** A Contratada é responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos e dispositivos necessários para a execução dos serviços, conforme descrito abaixo, que deverão ser disponibilizados para uso diário;
- **5.3.6.1.** Reanimador manual adulto (Ambu), em silicone, composto de máscara e bolsa reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção e esterilização, acondicionado em bolsa, fechada com zíper;
- **5.3.6.2.** Prancha de compensado naval rígido de 15mm de espessura mínima, com acabamento em verniz medindo 1,90mx 45 a 47cm, com três tirantes de 3m, para imobilização do tórax, abdome e das pernas, com fivelas de soltura rápida, velcro com largura mínima de 5cm, acompanhando a prancha.
- **5.3.6.3.** Colar cervical, sendo o jogo de 3 tamanhos cada (pequeno, médio e grande), confeccionado em polipropileno, sem emendas nem presença de metais condutivos, apresentando baixo peso e propriedade radioluminescentes, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho de mandíbula com aberturas laterais que permitem maior conforto e ventilação ao paciente.
- **5.3.6.4.** Maleta de emergência para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja contendo os materiais básicos necessários para o atendimento de primeiros socorros, sendo estes em quantidade necessária para atender a demanda diária de pessoas.
- **5.3.7.** Apresentar à contratante, antes do início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, com 24 horas de antecedência, contendo os seguintes dados:
- **5.3.7.1.** Cópia do documento de identidade
- **5.3.7.2.** Cópia do CPF;
- **5.3.7.3.** Certificado de Curso de Salvamento Aquático (Salva-vidas);
- **5.3.7.4.** Certificado de Curso de Primeiros Socorros;
- **5.4.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus Anexos, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- **5.4.1.** Executar devidamente o objeto descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados
- **5.4.2.** A empresa adjudicatária deverá realizar o serviço de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência e em seus anexos.
- **5.4.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);
- **5.4.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- **5.4.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **5.4.6.** Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **5.4.7.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.
- **5.4.8.** Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;
- **5.4.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- **5.2.9.1** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- **5.2.9.2** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- **5.2.9.3** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;



- **5.4.10.** Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram;
- **5.4.11.** A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento;
- **5.4.12.** Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- **5.4.13.** Qualquer despesa (alimentação, hospedagem, consumo de bebidas, transporte e outros), anterior e durante o evento, serão por conta da contratada. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a prestação de serviços de vigilância desarmada, Segurança, Brigadista e Salva-vidas nos eventos conforme cronograma, sem qualquer ônus extra a esta PREFEITURA.
- **5.4.14.** A contratada deverá executar diretamente o contrato, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- **5.4.15.** Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros às possíveis vítimas;
- **5.4.16.** Responsabilizar-se por todos os encargos e benefícios decorrentes, bem como uniformes e todos os equipamentos e materiais necessários para execução dos serviços, inclusive materiais de combate a incêndio;
- **5.4.17.** Responsabilizar-se civil ou criminalmente pelos danos causados, ao evento ou a terceiros, pelos seus funcionários, durante a execução dos serviços deste contrato;
- **5.4.18.** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e securitários referentes à execução do contrato, isentando e defendendo a Contratante, se este porventura vier a ser acionado judicialmente em decorrência deste contrato;
- **5.4.19.** Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos de Trabalho, em caráter imediato, em eventual ausência;
- **5.4.20.** Executar os serviços com o sigilo necessário;



- **5.4.21.** Alocar os funcionários devidamente capacitados nos respectivos postos, nos horários fixados pelo Contratante, conforme solicitação do(s) gestor(es) e/ou fiscal(s).
- **5.4.22.** Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da Contratante;
- **5.4.23.** Manter, em caráter de reserva, para o caso de substituição, cobertura ou inclusão, colaboradores capacitados;

6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- **6.1.** Nos termos do art. 20 ao art. 26 do Decreto Municipal nº 2103 de 12 de dezembro de 2.023 que dispõe sobre o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- **6.3.** A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133/2021.
- **6.4.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.
- **6.5.** A fiscalização dos contratos caberá aos servidores nomeados pelo Setor requisitante e ficam designados como FISCAIS DE CONTRATO para este certame para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.
- **6.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência



desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

6.7. O(s) representante(s) da Administração irá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

7. DO PAGAMENTO

- **7.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- **7.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto.
- **7.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser **obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal**, nos termos do Art.92, XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- **7.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- **7.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **7.6.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa



- **7.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **7.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- **7.9.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Para a formalização do Contrato, solicitamos para a(s) empresa(s) vencedora(s), que os representantes enviem os seguintes dados para o endereço de e-mail: contratos@ubarana.sp.gov.br

1. Nome – 2. Cargo/Função – 3. RG – 4. CPF – 5. Data de nascimento – 6. Estado civil – 7. Profissão – 8. Endereço Residencial – 9. E-mail pessoal – 10. E-mail institucional – 11. Telefone

A precisão e a veracidade dessas informações são essenciais para garantir a efetiva formalização do contrato. Qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento adicional podem ser direcionadas ao mesmo endereço de e-mail.

ANEXO III DECLARAÇÕES

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024 PROCESSO Nº 015/2.024**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

A empresa	, inscr	rita no CNPJ sob o nº	_, co <mark>m sede </mark> na cidade
de,	, Estado	, à Rua, nº	, Bairro,
por intermédic	o de seu repi	resentante l <mark>egal o (a) Sr.(a)</mark>	, portador (a) da
Carteira de id	entidade nº _	e inscrito (a) no CPF n	°, declara, para
os devidos fin	is, sob as pe	nas da lei:	

- a) Declara de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal combinado com o inciso VI do artigo 68, da Lei nº 14.133/2021.
- b) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que a empresa atende as normas relativas à Saúde e Segurança no Trabalho de seus empregados;
- d) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- e) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- f) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do Processo, realizado pela Prefeitura do município de Ubarana/SP;
- g) Declaramos, para fins de participação o processo licitatório e pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada; sob as penas da lei, que atendeu plenamente os requisitos de habilitação expressos no Edital, que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, que não foi que não foi considerada INIDÔNEA, e não está impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, em suas esferas federal, estadual e municipal, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- h) Declaro(amos) ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada, por escrito o Município de Ubarana/SP;
- i) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- j) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) Declara que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Por ser expressão de verd	dade, firmamos o presente.	
	, de	de 2.024

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024 PROCESSO Nº 015/2.024**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

A empresa, inscrita no CNPJ n
para fins de participação neste procedimento licitatório,
cumpri plenamente os requisitos p <mark>ara classificaç</mark> ão como MICROEMPRESA ou
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do art. 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14 de dezembro <mark>de 2.006. Declara-se est</mark> ar apto, e ainda ciente das
responsabilidades administrativa, civil e criminal.
respensabilidades danimentativa, sivil e similiali.
Por ser expressão de verdade, firmamos o pr <mark>ese</mark> nte.
Tor ser expressão de verdade, ilimarilos o presente.
de 2.024.
, de de 2.024.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024**

PROCESSO Nº 015/2.024

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOC <mark>I</mark> AL:	
NOME FANTASIA:	76.11
CNPJ:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
OPTANTE PELO SIMPLES NACIONA	L: () SIM () NÃO
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICIT.:	TELEFONE:
BANCO DA LICIT.:	CONTA BANC. DA LICIT.:
Nº DA AGÊNCIA:	

PROPOSTA:

Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços em Segurança Desarmada					
Item	Descrição	Tipo	Qtd	Val. Unit.	Val. Total



Prefeitura Municipal **UBARANA**

Município de Interesse Turístico

	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA			
	ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE			
	SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARA DAR			
	SUPORTE EM EVENTOS CULTURAIS,			
	TURISMO, SAÚDE E ESPORTE,			
	COMPREENDENDO O FORNECIMENTO			
	DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS			
	BASICOS PARA ATUAÇÃO DO			
	SERVIÇO, MÃO DE OBRA,			
	TRANSPORTE, DESLOCAMENTO,		Mill May	
	REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO		The Care	
1	ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS	Turno	840	
	SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E	A		
	TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A	_		
	SEREM EXECUTADOS, TODOS OS		. 4	
	SEGURANÇAS CEDIDOS AO MUNIPIO			
	DEVERÃO TER CURSO DE VIGILANTE,			
	BEM COMO SUA RECICLAGEM		7 50	
	ESTAREM ATUALIZADAS - SENDO			
	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM)	- no		
	SEGURANÇA, POR TURNO DE 12	The same	5	
	(DOZE) HORAS	(0		
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA		- 1	@71.M7
	ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE			
	SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARA DAR			
	SUPORTE EM EVENTOS CULTURAIS,		11	
	TURISMO, SAÚDE E ESPORTE,			
	COMPREENDENDO O FORNECIMENTO			1 Control of the Cont
	DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS		A	
	BASICOS PARA ATUAÇÃO DO			(PALL)
	SERVIÇO, MÃO DE OBRA,			
	TRANSPORTE, DESLOCAMENTO,			
2	REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO	Hora	5.000	
2	ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS	Hora	3.000	
	SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E	17-		
	TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A			
	SEREM EXECUTADOS, TODOS OS			
	SEGURANÇAS CEDIDOS AO MUNIPIO			
	DEVERÃO TER CURSO DE VIGILANTE,			
	BEM COMO SUA RECICLAGEM			
	ESTAREM ATUALIZADAS - SENDO			
	CONTRATAÇÃO POR HORA			
	TRABALHADA, DE EVENTOS COM O			
	MÍNIMO DE 04 (QUATRO) HORAS.			
		l	<u> </u>	<u> </u>

	_
Val.	
Total	

Item	e 02 - Contratação de Empresa Especializada Descrição	Tipo	Qtd	Val. Unit.	Val. Total
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	r			
	ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE	-0771			
	SERVIÇOS DE SALVA VIDAS, PARA				
	DAR SUPORTE AO BANHISTAS DO		S. C.A. S.		
	CENTRO DE LAZER GENTIL MOREIRA,				
	COMPREENDENDO O FORNECIMENTO				
	DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS		1/6		
	BASICOS PARA ATUAÇÃO DO			100	
	SERVIÇO, MÃO DE OBRA,				
	TRANSPORTE, DESLOCAMENTO,				
1	REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO	Turno	130		
1	ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS	Turno		//	
	SOCIAIS, PRE <mark>VI</mark> DENCIÁRIOS E				
	TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A	J. M.	5		
	SEREM EXECUTADOS, O SALVA	(0)			
	VIDAS DEVERÁ TER O CURSO DE	16		871 M	
	BOMBEIRO PROFISSIONAL CIVIL,				
	CURSO DE GUARDA VIDAS E CURSO				
	DE SOCORRISTA, BEM COMO SUAS		A Comment	TIM	
	RECICLAGENS ESTAR ATUALIZADA,				
	SENDO CONTRATAÇÃO POR TURNOS		V		
	DE 12 (DOZE) HORAS				
		Val.			
		Total			

Lote 03 - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços em Brigadista							
Item Descrição	Tipo	Qtd	Val. Unit.	Val. Total			



	T		T T T
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA		
	ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE		
	BRIGADISTA, PARA DAR SUPORTE EM		
	EVENTOS CULTURAIS,		
	COMPREENDENDO O FORNECIMENTO		
	DE MATERIAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS		
	BASICOS PARA ATUAÇÃO DO		
	SERVIÇO, MÃO DE OBRA,		
	TRANSPORTE, DESLOCAMENTO,		
	REFEIÇÕES, UNIFORMES, BEM COMO		
1	ASSUMINDO, TODOS OS ENCARGOS	TT	150
1	SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E	Hora	150
	TRABALHISTAS AOS SERVIÇOS A	· A	
	SEREM EXECUTADOS, TODOS OS		
	BRIGADISTAS CEDIDOS AO MUNIPIO		
	DEVERÃO TER CURSO DE BOMBEIRO		
	PROFISSIONAL CIVIL, BEM COMO SUA		
	RECICLAGEM ESTAREM		
	ATUALIZADAS - SENDO		
	CONTRATAÇ <mark>Ã</mark> O POR HORA		
	TRABALHADA, DE EVENTOS COM O		
	MÍNIMO DE 04 (QUATRO) HORAS.	(0)	
		Val.	3/1//
		Total	

OBS.: Para fins de lances na sessão de pregão será considerado o PREÇO TOTAL POR LOTE.

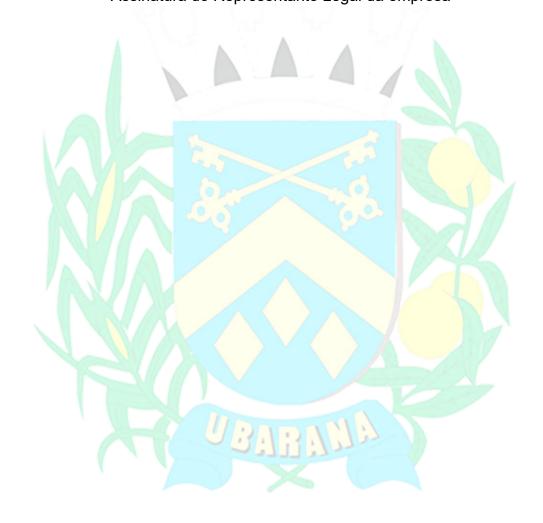
A empresa acima identificada **DECLARA** que:

- a) Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- b) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias
- c) Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidores da Prefeitura Municipal de Ubarana/SP, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- d) Que está de acordo com todos os termos constantes do edital e respectivo termo de referência.



e)	Que	а	proposta	compreende	а	integralidade	dos	custos	direto	ΟL
indiretamente, para atendimento ao objeto do certame.										

Nome Completo
Assinatura do Representante Legal da empresa



ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.024 PROCESSO Nº 015/2.024**

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.708.786/0001-41, com sede administrativa na Rua João Virginio dos Santos, nº 505, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal sr. VANDERLEI RODRIGUES DA CRUZ, brasileiro, casado, residente no Município de Ubarana/SP – Manoel Teodoro do Prado nº 732 - Centro, portador do RG 25.862.248-9/SP e CPF 080.788.818-43.

As partes doravante designadas simples e respectivamente como CONTRATANTE E CONTRATADA.

I. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- **5.3.** Constitui objeto do presente contrato a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.
- 1.1 conforme Termo de Referência apresentado no Processo;
- 1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - a) O Termo de Referência que embasou a Contratação e Eventuais Anexos;
 - b) O Edital de Pregão Presencial e seus Anexos; e
 - c) A Proposta da empresa Contratada e seus eventuais Anexos.

II. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto, deverá ser executado em conformidade com a Proposta de Preço, Termo de referência, Edital e seus Anexos;

III. CLÁUSULA TERCERIA – DA VIGÊNCIA

- 3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 3.2 O Contrato, poderá ser prorrogado por igual período pelo prazo de até 10 (dez) anos, a critério da Administração, conforme artigo 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 3.3 Com base no Art. 105, a cada exercício financeiro, deverá ser realizado a verificação e disponibilidade de crédito orçamentário, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.
- 3.4 Para realização e cumprimento da Lei Federal 14.133/21, deverá ser realizado a cada exercício, para continuidade do Contrato:



- a) A autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- b) A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- c) A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 3.5 Na hipótese mencionada sobre a extinção do contrato, a extinção ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá se dar em prazo inferior a 02 (dois) meses contados da referida data.

IV. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

- 4.1 O valor do presente Contrato será de R\$ ******* (**********);
- 4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 4.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos dos serviços/ aquisições efetivamente executadas/ entregues.
- 4.4 Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestados pelo fiscal do contrato;
- 4.4.1 A nota fiscal deverá informar o nº do contrato e nº do processo licitatório e caso for apresentada com rasuras e erros, será devolvida à contratada para retificação e reapresentação.
- 4.4.2 O arquivo .XML gerado na emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e ou NFS-e) deverá ser encaminhado juntamente com o arquivo .PDF referente ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE ou DANFSE), para o endereço de e-mail que segue: andre-betelli@bol.com.br.



- 4.4.3 Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 92, XVI da Lei no 14.133/2021.
- 4.4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 4.5 No caso do não pagamento da nota fiscal no prazo estipulado, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias.
- 4.6 O Município de Ubarana, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda IR, em observância ao disposto no disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.
- 4.7 Não se aplica a retenção de imposto de renda aos optantes do Simples Nacional, incluindo se os Microempreendedores Individuais MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.
- 4.8 Os documentos para comprovação da não aplicação da retenção de imposto de renda deverá ser enviados ao CONTRATANTE junto com a respectiva Nota Fiscal, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal.
- 4.9 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.
- 4.10 Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a solicitação pelo Contratante, com a referência do índice IPCA FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



4.11 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

V. CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes da presente licitação serão arcados pela seguinte dotação do orçamento vigente, Ficha, Funcional, Cat. Econômica e Centro de Custo:

	- m2575, 16 885 MI		(Control of the control of the contr		
Ficha	Funcional	Categ. Econ.:	Centro de Custo		
147	10.301.0009.2022.0000	3.3.90.39.00	Fundo Municipal de Saúde		
331	13.392.0017.2046.0000	3.3.90.39.00	Atividades Culturais		
473	23.695.0018.2058.0000	3.3.90.39.00	Turismo		
346	27.812.0018.2048.0000	3.3.90.39.00	Desporto e Lazer		

VI. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, designado nos termos do Decreto Municipal nº 2103/2023, nos termos do art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 6.2.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.2.3 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



- 6.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
- 6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- 6.6.2 Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- 6.6.3 Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:
 - I. Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
 - Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- III. Efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
- IV. Em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado:
- V. Estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado



que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

- 6.6.4 Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.
- 6.6.5 O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- 6.6.6 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar a execução do objeto.

VII. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E DIREITOS DAS PARTES

7.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 7.1.1 Comunicar a contratada para o início das atividades, com antecedência, mínima, de 10 (dez) dias úteis pelo Setor demandante que estabelecerá a quantidade de seguranças e/ou brigadistas e/ou salva-vidas, antes do início das atividades;
- 7.1.2 Requisitar o fornecimento dos serviços, conforme as necessidades do Setor Requisitante que atestará o recebimento do mesmo;
- 7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do fiscal de contrato designado;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.1.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- 7.1.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



- 7.1.8 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório:
- 7.1.10 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.12 Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.2.1 Prestar os serviços, objeto desta licitação, de acordo com as especificações contidas a este Edital e seus Anexos;
- 7.2.2 Apresentar à contratante, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes do início da prestação dos serviços, uma ficha dos empregados devidamente digitada, em conformidade com as especificações estipuladas no Edital e seus Anexos.
- 7.2.3 Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- 7.2.4 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 7.2.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.
- 7.2.6 Comunicar à Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na prestação de serviços objetivado na presente licitação;



- 7.2.7 Responder por danos materiais e físicos, causados por seus colaboradores, diretamente à Prefeitura Municipal de Ubarana ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 7.2.8 Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- 7.2.9 Qualquer despesa direta ou indireta para a execução do objeto, anterior e durante o evento, serão por conta da contratada. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a prestação de serviços de vigilância desarmada, Segurança, Brigadista e Salva-vidas nos eventos conforme cronograma, sem incorrer em custos adicionais para esta Prefeitura.
- 7.2.10 A contratada deverá executar diretamente o contrato, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- 7.2.11 Dispor de mão-de-obra qualificada para a realização dos serviços do objeto contratual.

VIII. CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardam<mark>ento da execução ou</mark> da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



Prefeitura Municipal UBARANA

Município de Interesse Turístico

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa:
 - a) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 8.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
 - e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 8.1, 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - f) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 8.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
 - g) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 8.1, a multa será de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
 - h) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 8.1, a multa será de 0,1% (um décimo por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



- 8.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 8.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

IX. CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 9.1 A CONTRATANTE deve observar e a CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
 - § 1º Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - I. "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - II. "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato:
 - III. "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - IV. "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - V. "prática obstrutiva": (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o



objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, no Edital; (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§ 2º O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 14.133/2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

X. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS APLICAVEIS

- 10.1 Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento:
- 10.2 Processo Licitatório nº 015/2.024;
- 10.3 Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2.024;
- 10.4 Proposta/Documentos da Contratada.
- 10.5 A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

XI. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

11.1 São prerrogativas do CONTRATANTE as previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021.

XII. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

XIII. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



- 13.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
 - I. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato:
 - IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
- 14.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
 - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
 - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização



- pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 14.3 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 12.2 observarão as seguintes disposições:
 - I. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - II. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.4 A extinção do contrato poderá ser:
 - I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta:
 - II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 14.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 14.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- devolução da garantia;
- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III. pagamento do custo da desmobilização.
- 14.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:
 - I. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - III. execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 14.8 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 14.9 Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

XV. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

XVI. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



- 16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 16.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 16.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



- 16.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 16.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

XVII. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de José Bonifácio, Estado de São Paulo, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.

Estando as partes contratadas devidamente avençadas e acordes quanto aos termos do presente instrumento, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas, abaixo, para todos os efeitos legais e de direito.

Pela assinatura deste Contrato a CONTRATADA declara a inexistência de impedimento de qualquer natureza para o estabelecimento da relação jurídica com a Prefeitura Municipal de Ubarana.

	Ub	arana, de		de 2.024				
	PREFEITURA MUN VANDERLEI RO CONT							
RAZÃO SOCIAL REPRESENTANTE CONTRATADA								
Testemunh	nas:							
Nome: RG:	-	Nome: RG:						

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

Pregão Prese	ncia	al no	00	4/2.	024				
Contrato nº **									
Contratante:									
Contratada:									
aa		~		_		 	 <u> </u>		Τ

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Salva-vidas, para atuarem na segurança e suporte em Eventos Culturais, Eventos Esportivos e no Centro de Lazer Gentil Moreira, conforme especificações do Edital e seus Anexos, compreendendo o fornecimento de material (EPI's), Equipamento Básico para Atuação do Serviço, Mão de Obra Capacitada, Transporte, Deslocamento, Refeições, Uniformes, bem como assumindo, todos os encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas aos serviços a serem executados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

Processo de Licitação nº 015/2.024

O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil:

As informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – Cad TCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

Prefeitura Municipal de Ubarana.	
Prefeitura Municipal de Ubarana, de de 20	_•
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ ENTIDADE: Nome: VANDERLEI RODRIGUES DA CRUZ Cargo: Prefeito Municipal CPF: ***.***.***	
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome: VANDERLEI RODRIGUES DA CRUZ Cargo: Prefeito Municipal CPF: ***.***.****-*** Assinatura:)
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: CONTRATANTE: Nome: VANDERLEI RODRIGUES DA CRUZ Cargo: Prefeito Municipal CPF: ***.***.***.***	
Assinatura:	
CONTRATADA: Nome:	
Assinatura:	
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE: Nome: VANDERLEI RODRIGUES DA CRUZ Cargo: Prefeito Municipal CPF: ***.***.****	